



De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas ?

Percepções sobre políticas arquivísticas
no Poder Executivo federal

José Maria Jardim (UNIRIO)

JARDIM, José Maria. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo Federal. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 42, n. 1, jan. 2015. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/2260>>. Acesso em: 20 Set. 2015.

As políticas públicas arquivísticas deixaram de ser um tema presente apenas nos discursos dos agentes públicos responsáveis pela gestão de arquivos e tornaram-se objeto de pesquisa no Brasil.

2011: Movimento “em prol do Arquivo Nacional e da Política Nacional de Arquivos”, a partir da mobilização de diversos segmentos do Estado e da sociedade civil I Conferência Nacional de Arquivos (I CNARQ),

2011: I Conferência Nacional de Arquivos (I CNARQ), tendo como tema “Por uma *política nacional de arquivos*”.

2011: A aprovação da LAI - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011

A noção de políticas arquivísticas
está longe de
constituir um território
conceitual denso. Tampouco
se traduz em consistentes
aparatos metodológicos
de análise.

Política X Técnica

A noção de políticas arquivísticas

As **declarações de políticas arquivísticas** emitidas por serviços e instituições apontam para **diferentes formas** de visualizar os processos, ações e sujeitos da gestão arquivística. Não raro um dispositivo legal, projeto ou programa são caracterizados como uma política arquivística.

No entanto, o fato de se decidir política de implementar um projeto de gestão de documentos **não confere a esse projeto** a condição de uma política arquivística.

[...] o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais, em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (JARDIM, 2003, p 38-39).

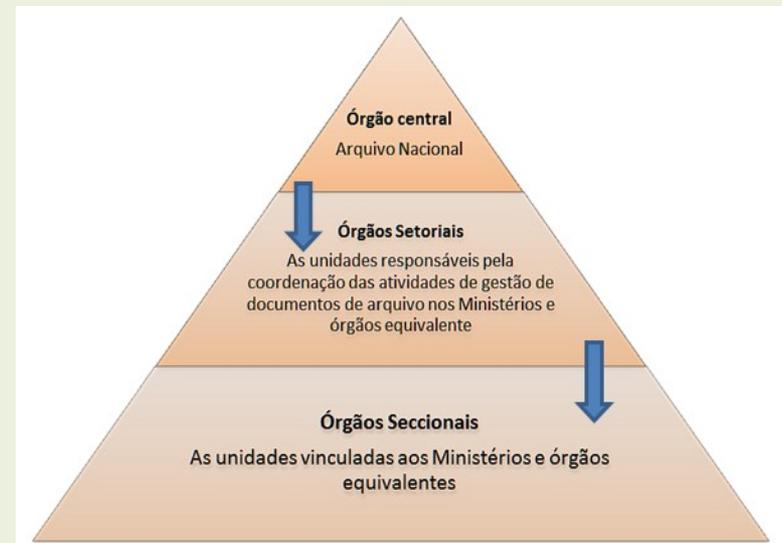
Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais:

- a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- a política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. (SOUZA, 2006, p.17)

Cenário arquivístico federal

- A situação arquivística da APF
- Os serviços arquivísticos
- Infraestrutura e pessoas
- O Arquivo Nacional
- A política?
- A LAI

O SIGA



O panorama das políticas arquivísticas no Executivo Federal

Para avaliar a percepção dos ministérios e secretarias da Presidência da República, foi remetida, via Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), para 24 Ministérios e 13 Secretarias da Presidência da República, a seguinte solicitação da informação:

“O órgão conta com uma política arquivística?”

Em caso positivo, o documento relativo a essa política arquivística poderia ser disponibilizado na resposta a esta consulta ou indicado o link no qual é possível acessá-lo?”

Não é um pressuposto que todos os órgãos do Poder Executivo tenham suas políticas arquivísticas.

Tampouco há obstáculo legal nesse sentido

As solicitações aos ministérios ocorreram entre 05 e 21 de agosto de 2013, e às secretarias e gabinetes da Presidência da República, entre 22 de dezembro de 2013 e 06 de janeiro de 2014 .

O tempo médio de resposta dos ministérios foi de 12,25 dias e das secretarias e gabinetes da Presidência da República, 20 dias.

A Política de Gestão Documental do **Ministério da Cultura** (Minc) foi publicada por meio da Portaria nº 60 de 13 de julho de 2011.

O **Ministério da Previdência Social (MPAS)** publicou em 5 de setembro 2012 a Portaria nº 412 que “estabelece diretrizes para a implementação da política de Gestão da Informação Corporativa”.

O **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)** instituiu, mediante a Portaria nº 293, de 1º de abril de 2013, Política de Gestão Documental.

Apenas 8,1% dos órgãos dispõem de um instrumento formal com elementos conceituais e operacionais de uma política arquivística.

Categorias	Ministérios	Secretarias e Gabinetes	Total
Afirmam ter uma política arquivística	(9) – 37,5%	(1) – 7,6%	10 – 27,2%
Afirmam não ter uma política arquivística	(5) – 20,8%	(3) – 23%	8 – 21,6%
Afirmam estar em desenvolvimento de uma política arquivística	(2) – 8,3%	(1) – 7,60%	3 – 8,1%
Não responderam explicitamente se contam ou não com política arquivística	(8) – 33,3%	(8) – 61,5%	16 – 43,2%
Contam com instrumentos formais definidores da política arquivística	(3) – 12,5%	(0) – 0 %	3 - 8,1%
Identificam suas políticas ou ações com o Conarq	(5) – 20,8%	(0) – 0%	5 – 13,5%
Identificam suas políticas ou ações com o Arquivo Nacional	(2) – 8,3%	(5) – 38,4%	7 – 18,9%
Identificam suas s políticas ou ações com o Siga	(0) – 0 %	(1) – 7,6%	1 – 2,7%

Fonte: elaboração do autor com base nas respostas obtidas via e-SIC.

Ministérios/ Secretarias	Respostas	Análise
Advocacia-Geral da União	<p><i>“As informações sobre a política arquivística da AGU podem ser acessadas na página “Gestão Documental”, localizada na página da AGU, na aba serviços, ou pelo link: http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=82618&ordenacao=1&id_site=1442”</i></p>	<p>Ao se analisar a página indicada, observa-se que há um histórico de iniciativas da AGA em ações de gestão de documentos, mas não há nenhum indicador que evidencie uma política arquivística.</p>
Defesa	<p><i>“... a política arquivística deste Ministério obedece aos preceitos da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002. Em cumprimento a referida legislação no âmbito desta administração central, foi publicada a Orientação Normativa nº 002/GAB/MD, de 28 de outubro de 2010, em anexo, que dispõe sobre a gestão de documentos e a utilização do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (SGED), como ferramenta única, e disciplina os procedimentos, as responsabilidades e dá outras providências. Normativo esse, que atualmente encontra-se em fase de atualização e adequação à Lei de Acesso a Informação - LAI. Finalmente, vale destacar que a informação ora prestada refere-se tão somente à administração central do Ministério da Defesa, cuja estrutura está prevista no art. 60 e parágrafo único do Anexo I do Decreto no 7.974, de 1o de abril de 2013”.</i></p>	<p>A portaria 76 de 2007 é voltada para o “Gerenciamento de Processos e Documentos” no âmbito do Ministério. A Portaria 113 de 2010 constitui nova Comissão Permanente de Avaliação de Documentos no Ministério. Os dois instrumentos apontam para aspectos relevantes da gestão arquivísticas, mas nenhum dos dois define o marco de uma política arquivística para o ministério.</p>
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	<p><i>“... sobre a política arquivística deste Ministério, encaminhamos as Portarias no 113, de 23/11/2010, e a no 76, de 14/09/2007, que tratam do tema.”</i></p>	<p>A Portaria 76 de 2007 refere-se ao “Gerenciamento de Processos e Documentos” no âmbito do Ministério. A Portaria 113 de 2010 constitui nova Comissão Permanente de Avaliação de Documentos no Ministério. Os dois instrumentos apontam para aspectos relevantes da gestão arquivísticas, mas nenhum dos dois define o marco de uma política arquivística para o ministério.</p>

Ministério/ Secretaria	Respostas
Casa Civil da Presidência da República	<i>“Com relação à Política Arquivista, a Coordenação de Documentação segue as Leis, Normas e Resoluções estabelecidas pelo Arquivo Nacional.”</i>
Controladoria- Geral da União	<i>“A CGU conta com rol de classificação de documentos, que segue anexo.”</i>
Comunicações	<i>“Quanto à política arquivista, o Ministério das Comunicações, por meio do Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca, vem ao longo dos últimos anos implantando diversas ações para aprimorar a gestão de documentos e informações[...].”</i>
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	<i>“Por fim, esclarecemos que as diretrizes arquivísticas deste Ministério seguem o disposto na Resolução n.º 14 do Conarq, na Portaria n.º 03/2003 e na Portaria Normativa n.º 05/2002 ambas do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, e nas Portarias n.º 09/2007 e 09/2013 do próprio Ministério [...]”</i>
Educação	<i>“Informamos que o Ministério da Educação segue as normas do Arquivo Nacional conforme legislação vigente”.</i>

Exemplos de respostas de ministérios/secretarias que não explicitaram ter ou não uma política arquivística

Integração Nacional	<i>“A Coordenação de Documentação e Informação Bibliográfica - CODIB deste Ministério informa que, em 2007, no MI teve início a implantação do Programa de Gestão de Documentos, com o objetivo de seguir os fundamentos arquivísticos na gestão documental, visando à organização, conservação e disponibilidade da informação orgânica registrada, na forma de instrumentos e serviços uniformizados [...]”</i>
Planejamento, Orçamentos e Gestão	<i>“No que tange à política arquivística, esclarecemos que o MP utiliza as legislações vigentes para toda a Administração Pública Federal [...]”</i>
Saúde	<i>“Vossa Senhoria poderá acessar o Manual de Gestão de documentos e ou outras publicações sobre o assunto como o Manual do Sipar: Sistema Integrado de Protocolo e Arquivo no site da Biblioteca Virtual em Saúde nos links:http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gestao_documentos_metodologia_arquivo.pdf . http://bvsmms.saude.gov.br/php/index.php. PORTARIA No 1.864, DE 4 DE AGOSTO DE 2011, pode ser acessada no link:http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1864_04_08_2011.html “</i>

Ministério/ Secretaria	Respostas
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	<i>“O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não possui uma política arquivística, é importante salientar que o órgão não conta com a presença de nenhum arquivista, uma vez que o cargo não existe neste Ministério. O que existe relativo à documentação é o Manual de comunicações Administrativas, que se encontra totalmente desatualizado.”</i>
Cidades	<i>“Não há política arquivística própria do Ministério, porém, o Órgão segue as políticas de documentação do Governo Federal”</i>
Pesca e Aquicultura	<i>“Não. Seguimos o disposto na Instrução Normativa n° 5, de 19 de dezembro de 2012, da Secretaria – Adjunta de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o qual dispõe sobre os procedimentos gerais para utilização dos serviços de protocolo, no âmbito da Administração Pública Federal, para os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG.”</i>
Secretaria de Direitos Humanos	<i>“Não. Não se aplica.”</i>
Trabalho e Emprego	<i>“Não, pois o órgão adota a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq).”</i>

Exemplos de respostas de ministérios/secretarias que afirmaram não ter uma política arquivística

